

XV Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2011, Curitiba (PR)

GT20: Saúde e Sociedade

Saúde e Precarização do Trabalho na Agroindústria Canavieira Alagoana

Autores: Dra. Alice Anabuki Plancherel (UFAL)

Allan Souza Queiroz (UFRGS)

Charles dos Santos (UFSCar)

SAÚDE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA ALAGOANA¹

Alice Anabuki Plancherel²
Allan Souza Queiroz³
Charles dos Santos⁴

Resumo: Neste texto, pretende-se apresentar o processo de degradação da saúde decorrente da precarização e intensificação do trabalho na atividade agrícola da produção açucareira, procurando realçar a natureza objetiva e subjetiva das determinações que permitem identificar, no mesmo processo, as condições laborais e de adoecimento ocupacional. Para tanto, recorrer-se-á a informações e resultados obtidos de pesquisas exploratórias realizadas no universo canavieiro alagoano, tendo-se por suposto que o esgotamento da força motriz viva, repercutindo em doenças ocupacionais, manifesta-se muitas vezes como singularidade tangível do desmedido valor de uso que o capital extrai da força de trabalho sob um tempo não pago de atividade laboral.

Palavras-chave: Precarização e intensificação do trabalho; saúde dos canavieiros; agroindústria açucareira; Alagoas (Brasil).

Abstract: The aim of this text is to present the degradation process of health caused by the precariousness and intensification of work in the agricultural activity of sugar production, seeking to highlight the objective and subjective nature of determinations that allow identify, in the same process, the labour conditions, and the occupational illness ones. For this purpose, the study will use information and results taken from exploratory research done in the sugar

¹ Texto revisado e ampliado com vistas à sua apresentação no XV Congresso Brasileiro de Sociologia em Curitiba/PR.

² Bacharel em Ciências Sociais/ PUC-SP; doutora em Sociologia/USP; docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais/Universidade Federal de Alagoas; líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho e Capitalismo Contemporâneo. E-mail: plancherel@uol.com.br.

³ Graduado em Ciências Sociais/UFAL; mestrando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS; membro do supracitado Grupo de Pesquisa. E-mail: autreissue@gmail.com.

⁴ Graduado em Ciências Sociais/UFAL; mestrando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar; membro do supracitado Grupo de Pesquisa. E-mail: charlagoano@hotmail.com.

cane fields of Alagoas. It is presupposed that the exhaustion of human driving force, resulting in occupational diseases, become evident a lot of time as tangible singularities from excessive spoiling of use value from the labour force operated by the capital under an unpaid time of labour activity.

Keywords: Precariousness and intensification of work, sugar cane workers' health, sugar agroindustry; Alagoas (Brazil).

Introdução

A produção capitalista, que significa essencialmente produção de mais valia, absorção de trabalho excedente, não conduz somente ao *empobrecimento* da força humana de trabalho, despojada de suas condições normais de desenvolvimento e de exercício físico e moral. *Produz, além disso, a extenuação e a morte prematura da mesma força de trabalho.* Amplia o tempo de produção do trabalhador durante certo período à custa da duração de sua vida (MARX *apud* SORIANO, 2009, p. 15, grifos no original).

Independente de qualquer forma social, o trabalho “[...] é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, *de manter a vida humana*”⁵. Todavia, o que se registra e se reitera na história, sob o capitalismo, é a ruína da vida e mesmo a morte súbita pelo trabalho (karoshi no Japão e birôla em São Paulo); a recorrência de tal fenômeno, no universo do trabalho canavieiro, tem na cãibra uma de suas mais visíveis e frequentes manifestações. As contrações espasmódicas e dolorosas dos músculos, seja de suas partes (das mãos, sobretudo), seja do corpo inteiro (muitas vezes, literalmente, destruindo vidas), tornaram-se identificadas entre os cortadores de cana alagoanos como sendo acometidos pelo “canguru”.⁶ Efetiva e rotineiramente, a cãibra tornou-se reconhecida, entre os próprios canavieiros, como uma doença ocupacional característica desta atividade laboral, resultante do desmedido esforço físico despendido durante o trabalho, de uma parte, imposto pela (ir)racionalidade do capital agroindustrial e, de outra, realizado como o único meio de o trabalhador elevar a sua produtividade diária do corte da cana-de-açúcar e, em consequência, a sua própria remuneração.

⁵ Ver Marx, 1975, p. 50 – grifos nossos.

⁶ “O dia todo se agachando, dói os braços, as pernas, a coluna; dá muita cãibra em quase todo o mundo e quanto mais quente o sol, mais intensa é a dor” (cf. entrevista concedida à autora e aos autores, em 11/04/2009, no município de Teotônio Vilela/AL).

A propósito, recentes estudos acadêmicos tanto quanto a imprensa em geral vêm enfatizando que o atual *boom* dos biocombustíveis e as necessidades conjunturais do complexo agroindustrial canavieiro, no Brasil, aprofundaram o caráter aviltante das relações de trabalho nele em vigor. Às condições precarizadas de trabalho aliam-se diretamente a degradação da saúde do trabalhador a elas submetidos, bem como suas enfermidades específicas recorrentes.⁷

Em análise das condições de saúde dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto/SP, Alessi e Navarro (1997) destacam, na oportunidade, a exigüidade de estudos sobre processos de trabalho no setor primário da economia; fundamentalmente, contudo, o que naquela análise nos interessa ressaltar é o fato de ambas as autoras apontarem as cargas laborais como os elementos que podem gerar os desgastes físicos e psicológicos nos ambientes de trabalho. Segundo as mesmas (1997, p. 113), as cargas laborais são tidas como “[...] o conjunto de elementos externos (físicos, químicos, mecânicos e biológicos) como internos (fisiológicos e psíquicos) presentes nos ambientes e nas condições de trabalho que interagem entre si e com o homem [...]”. Há assim, no ambiente laborativo do cortador de cana, inúmeros fatores de natureza social, econômica, política e tecnológica, entre outros, que vulnerabilizam seu organismo a problemas de saúde física e psíquica.

Constituição de uma categoria social sob a precarização do trabalho

Com base em informação por parte de preposto da Usina Santa Clotilde (Rio Largo/AL), esta empregava cerca de 2.000 cortadores de cana-de-açúcar na safra de 2008; destes, aproximadamente 50% eram contratados por tempo indeterminado (trabalhadores efetivamente “fichados” pela usina e regularmente mais estáveis em termos de emprego e salário) e os restantes 50% encontravam-se sob contrato de trabalho por tempo determinado

⁷ Sob uma dimensão mais abrangente de saúde, “A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília-DF em 1986, expressou uma concepção ampla de saúde, entendendo-a como ‘satisfação das necessidades básicas de acesso a uma alimentação regular e nutritiva, moradia adequada, transporte seguro, serviços de saúde e educação eficientes, para além da simples ausência de doenças, a falta de uma renda mínima que assegure esses direitos, constitui-se para uma ampla camada de trabalhadores, em efetiva deterioração de suas condições de vida e reprodução da força de trabalho’ ” (MATTOS et al., 1995, p. 48 apud ABRAMIDES e CABRAL, 2003, p. 7)

(trabalhadores “safistas” e salarialmente, portanto, temporários)⁸. Tal informação a respeito da atual socialização do trabalho na parte agrícola da produção açucareira alagoana corrobora uma tendência regional já indicada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE em meados dos anos 1990 (apud Carvalho, 2000).

A atual organização do processo de trabalho canavieiro transformara-se no decurso de aproximadamente trinta anos do pós-II Guerra, a partir de quando se processa a extinção dos antigos engenhos bangüês. Conforme amplamente já registrado na literatura a respeito (ALBUQUERQUE, 2009; ANDRADE, 2010; DIÉGUES JÚNIOR, 1980; HEREDIA, 1978; SANT’ANA, 1970), às relações sociais sob a existência dos bangüês de açúcar associava-se uma forma característica de dominação dos canavieiros mediada pelo *sistema de morada*.

Segundo estudo de Beatriz Alasia de Heredia (1988), o *sistema de morada* expressou, de uma parte, o conflito existente em Alagoas, sobretudo no período 1930-60, entre duas frações sociais dominantes da produção açucareira: a dos senhores de engenho e a dos usineiros, passando estes últimos crescentemente a concentrarem a terra e a centralizarem o capital agroindustrial; em meio a esse conflito, o sistema de morada atuou como uma forma de resistência dos primeiros contra a formação e a expansão das usinas neste estado, “dificultando, assim, o acesso das usinas à mão-de-obra para trabalhar nos seus canaviais” (LIMA, 2001, p. 33). Conforme ainda pesquisas exploratórias por nós levadas a efeito nos últimos dois anos, inúmeros canavieiros entrevistados (com idade acima de 40 anos) revelaram sua origem de trabalhador rural vinculada, em geral, à condição de morador em fazendas de plantadores e fornecedores de cana. Nessas circunstâncias, a socialização e subordinação do trabalho baseavam-se na combinação da condição de cortador de cana (assalariado, via de regra, sem carteira de trabalho assinada) e de morador, nas fazendas, vinculado a um sistema de roçado à subsistência familiar e de fonte de renda no período de entressafra da cana-de-açúcar, do qual, porém, tornara-se expulso juntamente com sua família.

⁸ Cf. relato por parte de engenheiro agrônomo da referida Usina prestado à autora e aos autores durante entrevistas de cortadores de cana, em fev/2008.

A origem social, contudo, do moderno cortador de cana enquanto trabalhador livre e assalariado – parte sob contrato de trabalho por tempo indeterminado e parte sob contrato de trabalho temporário – remete ao próprio processo de proletarização dos trabalhadores rurais decorrente da expansão do capital na agricultura brasileira. Para Albuquerque (2009, p. 79), por exemplo, “a modernização das técnicas produtivas e a ampliação dos canaviais impulsionam o fim do sistema de moradia em Alagoas”. A respeito ainda desta modernização das relações sociais na produção agroindustrial açucareira em Alagoas, registremo-la sob a perspectiva, por sua vez, de Manuel Correia de Andrade (2010, p. 71):

O morador foi se transformando em assalariado e o processo de proletarização foi se intensificando gradativamente, à proporção que as safras aumentavam, que a usina incorporava mais terras às suas culturas e a população periférica das cidades e vilas ia se ampliando. Antigos moradores, desapropriados de seus sítios, transferiram-se para a área urbana e passaram a prestar serviços como trabalhadores alugados, nos períodos em que as usinas e os engenhos necessitavam de braços de forma mais intensa. Esse processo de proletarização se tornaria mais agudo na década de setenta, quando surgiram as grandes usinas que produziam mais de um milhão de sacos por safra. O impacto sobre o espaço produzido foi forte na formação de centros urbanos característicos, que eram habitados sobretudo por trabalhadores da cana.

Se o acesso ao roçado (portanto, à terra) associava-se à condição de morador dos canavieiros nas antigas fazendas dos senhores de engenho de cana-de-açúcar, tal combinação já não representaria, por outro lado, uma forma de barateamento do preço da força de trabalho agrícola? Com a paulatina expulsão dos moradores das terras adquiridas pelas usinas, sua conversão em trabalhadores livres, cuja reprodução sua e de sua família passam a depender do trabalho assalariado, não agravaria tal processo social mais ainda as circunstâncias sob as quais estão expostos os canavieiros em suas cargas laborais e de que falam Alessi e Navarro (1997)? Em se verificando atualmente, no campo da medicina do trabalho e da sociologia médica, um certo consenso de que elementos relativos ao ambiente de trabalho e à organização deste influenciam a ocorrência de adoecimentos diversos de trabalhadores e trabalhadoras a eles submetidos, como tais elementos se apresentam no ambiente de trabalho canavieiro sobremaneira no período pós-desregulamentação estatal, de uma parte, do capital agroindustrial

canavieiro e, de outra, do próprio mercado de trabalho? Como se expressa esse duplo processo sobre a degradação da saúde (o envelhecimento precoce e, por decorrência, a exclusão prematura do mercado de trabalho, bem como a redução da vida média) numa atividade ocupacional acentuada pela intensificação e precarização do trabalho desde os anos 1990?⁹ Por último, como a assistência à saúde, de direito universal tornando-se serviço mercantil, exclui crescentemente a saúde do trabalhador da proteção estatal, mediante a minimização dos programas sociais governamentais sob um Estado neoliberal?

Postas as precedentes questões, mais a circundarem as presentes reflexões do que efetivamente pretender respondê-las, visa-se neste ensaio trazer à luz não apenas a alienação do trabalho em tempos de intensificação e precarização laborais, senão a alienação da própria saúde dos sujeitos dos canaviais, uma e outra simultaneamente impostas pelo capital agroindustrial canavieiro em seu processo de reprodução ampliada. Em vista disso, utilizar-nos-emo de constantes referências teórico-metodológicas presentes no campo da sociologia médica sob contribuições do materialismo histórico, subentendendo-se que “o capital é um trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna” (MARX, 1975, p. 263).

⁹ Por intensificação do trabalho, “Gollac e Volkoff (2001) situam o fenômeno da intensidade do trabalho em uma abordagem global das relações de trabalho e de relações sociais, de dominação e de contrapoderes. (...) as escolhas organizacionais, a definição de produtividade, os critérios de gestão e avaliação são objetos de lutas sociais. Nesta direção, o modelo de gestão do trabalho pode criar bloqueios ou facilitadores de estratégias de regulação da carga de trabalho. (...) A gestão atua sobre os recursos humanos, *gerando mais tarefas e exigindo um perfil flexível (...)*” (Assunção e Oliveira, 2009, p. 360). Em linhas gerais e sob o modelo de reestruturação produtiva no setor açucareiro e sucroalcooleiro (CARVALHO, 2000; PADRÃO, 1997), a atual estratégia da organização e gestão da força de trabalho canavieira impõe a esta a execução de outras tarefas para além daquela propriamente de cortar a cana-de-açúcar: carregar uma pesada cana cortada nos braços até a terceira rua (ou rua do meio), isto é, até o local previamente estabelecido e onde o trabalhador deve depositá-la no chão, formando e organizando os montes (aproximadamente 2 metros distantes uns dos outros), a fim de serem recolhidos pela colhedeira mecanizada. As estratégias do capital de “produção enxuta”, as quais demandam um perfil mais flexível, recaem sobre o trabalho, intensificando-o, portanto, ao impor a adição de tarefas facilitadoras do recolhimento mecanizado. A intensificação do trabalho imprime-se, assim, num maior desgaste corporal e esgotamento mental resultante desta adição de tarefas facilitadoras ao recolhimento mecanizado, tarefas estas que vão além da atividade laboral propriamente do corte da cana.

Intensificação do trabalho: subjetividade, desigualdade e hierarquia social no universo canavieiro

Dentre os *assalariados contratualmente temporários*, os próprios sujeitos do universo canavieiro alagoano ratificam não apenas aquela forma de sua socialização no processo de trabalho como estabelecem também uma forma de diferenciação social no interior da sua própria categoria profissional, afetando assim a sua unidade face ao capital: uma diferenciação entre si definida, não segundo princípios estruturais de desigualdade social, senão segundo posições numa hierarquia social baseadas, desta vez, em critérios fisiográficos. Estes critérios, combinando estratos objetivos e sua percepção subjetiva, fracionariam a identidade de trabalhadores rurais cortadores de cana-de-açúcar entre os “do lugar” (residentes, com sua família, no mesmo município e/ou em municípios circundantes à localização da usina em cujos canaviais trabalham e aos quais se deslocam diariamente) e os *sertanejos*, os do “não-lugar”, em geral pequenos produtores agrícolas que, no período de entressafra da sua própria plantação no sertão alagoano, dirigem-se ao corte da cana na zona da mata.

Por meio, inclusive, dessa percepção justificariam os primeiros as desvantagens de lhes serem destinadas aquelas áreas mais desfavoráveis ao corte da cana (plantadas, pois, em terreno topograficamente mais irregular, mais acidentado, portanto, com maior declividade), repercutindo assim numa menor produtividade do seu trabalho, conseqüentemente, num rebaixamento da sua remuneração; aos *sertanejos*, inversamente, seriam reservados o corte da cana em áreas propícias a uma maior produtividade diária, posto usufruírem as vantagens da cana plantada em terrenos mais planos, portanto, mais favoráveis ao desempenho do próprio trabalho e à maior remuneração resultante sob circunstâncias menos adversas.

O que, contudo, nos revela a precedente forma de subjetivação da hierarquia social e, objetivamente, quais seus efeitos à saúde dos respectivos canavieiros? A esse respeito, é interessante observarmos informações expostas por canavieiros “do lugar” e sob as quais a intensificação do trabalho se transveste em distinção espacial:

Na Usina Coruripe já houve caso de dois, três sertanejos chegarem desmaiados no hospital e de lá saírem mortos. Os sertanejos “puxam” muito; para ganharem mais dinheiro, não procuram sombra [leia-se: não pausam para descanso], não se importam com o sol quente na cara nem com a quentura... passam da hora de comer... só trabalhando... só trabalhando. Às vezes comem de pé mesmo para retornar logo ao trabalho; não buscam nenhum descanso; o negócio deles é só ganhar... R\$ 60,00, R\$ 70,00 por dia... não importam de morrer, não; a gente não, que só ganha uns “vinte conto” [leia-se: vinte reais] por dia, toma uma “fuga” [pausa para descanso], procura uma sombra debaixo da cana ou no barraco de lona.¹⁰ A Usina Coruripe trabalha mais com sertanejo; se fosse só com a gente, a Usina vivia parada; o sertanejo é muito mais trabalhador que o povo do lugar. Como com a gente também, quando sai daqui para fora, é a mesma coisa.¹¹

Do processo de socialização do trabalho nos canaviais, mediados por uma aparente distinção social de natureza fisiográfica (entre os “sertanejos” e os “do lugar”), pode-se depreender, dentre outras questões, que a própria reprodução de um e de outro torna-se abreviada (“...só trabalhando, trabalhando... não importam de morrer”) ou prolongada (“a gente, não... toma uma ‘fuga’, procura uma sombra debaixo da cana ou no barraco de lona”), a depender do processo de intensificação e precarização do trabalho, da forma vigente de acesso aos bens necessários à existência e à reprodução dos canavieiros sob a atual forma de realização e organização do capital agroindustrial açucareiro: através da remuneração do trabalho por produção. Nesse aspecto, informações contidas na citação precedente adquirem relevância ao demonstrarem as implicações da intensificação da atividade laboral e do desgaste da força de trabalho à saúde ocupacional. As doenças ocupacionais, assim, distante de se constituírem processos condicionados por fatores de ordem estritamente biológicos, cujas disfunções orgânicas recaem sobre indivíduos isolados, evocam uma compreensão da natureza social de suas determinações, isto é, das relações sociais que as perpassam.

¹⁰ As coberturas de lona, destinadas a pausas dos trabalhadores na sombra, tornaram-se obrigatoriamente instituídas desde 2008 pelo Ministério do Trabalho.

¹¹ Cf. entrevistas concedidas à autora e aos autores, em 11/04/2009 e em 04/10/2009, no município de Teotônio Vilela/AL.

Intensificação do trabalho e vulnerabilidade ao adoecimento físico-psíquico

No universo do trabalho agrícola do complexo agroindustrial canavieiro, o contínuo e excessivo dispêndio de energia física no corte da cana sob um sol diuturnamente escaldante ao longo de todo o período da safra (Setembro a Março, em Alagoas), o forte e nauseante cheiro da cana queimada e a ininterrupta inalação de poeira, resíduos agrotóxicos e fuligem das folhas queimadas, configuram os elementos externos que tornam aquele trabalho singularmente prejudicial à saúde dos canavieiros.¹² Tais elementos, incidindo sobre uma categoria social significativamente ainda formada por jovens trabalhadores, provocam não apenas o seu envelhecimento precoce, senão que lhes rebaixam a vida média, atualmente num patamar inferior à dos escravos no período colonial (OLIVEIRA, 2007).

Além de os elementos externos objetivamente degradarem as condições de trabalho e de saúde dos canavieiros, sobre estes ainda pesam a pressão imposta pelo capital agroindustrial – por meio, sobretudo, dos seus prepostos, os cabos¹³ –, a fim de produzirem incessantemente cada vez mais¹⁴; esta pressão, constituindo um fator interno psíquico a compor o conjunto das cargas laborais presentes na atividade do corte da cana, atua como fonte adicional de tensão mental àqueles trabalhadores especialmente em idade mais avançada,

¹² Segundo um trabalhador, afirmando estar no corte da cana por não encontrar algo mais “leve”, ressaltou o excessivo calor e o cheiro “ruim” da cana queimada como dois problemas que muito o desagradavam no ambiente de trabalho; durante alguns dias consecutivos, perdia até mesmo o apetite devido ao persistente cheiro da cana queimada em suas narinas (Cf. Entrevista concedida à autora e aos autores em 11/04/2009 no município de Teotônio Vilela/AL, onde se localiza a Usina Seresta, de propriedade do ex-Senador e atual Governador do estado Teotônio Vilela Filho).

¹³ De acordo com Heredia (1988), os cabos são, enquanto representantes dos empreiteiros, trabalhadores contratados por estes últimos para acompanharem as turmas, isto é, os grupos de trabalho. Já os empreiteiros - de trabalhadores que serviam a diversos proprietários - passaram a ser, de acordo com Padrão (1997), “homens da empresa”, isto é, trabalhadores com contrato de trabalho formal e por tempo indeterminado nas usinas, atualmente denominados sob uma nova terminologia: “agenciadores”. Mais recentemente, os cabos em substituindo estes últimos, tornaram-se em geral, contratados por tempo indeterminado pelas usinas, e desempenham a função de recrutar a força de trabalho empregada no corte da cana-de-açúcar.

¹⁴ Cf. Abramides e Cabral (2003, p. 7), “Nas condições de trabalho estão incluídas as atividades corporais e mentais dos trabalhadores, bem como os elementos materiais, físico-químicos, ambientais, temporais e também as relações de trabalho”.

posto já não produzirem tanto quanto quando eram mais jovens.¹⁵ Tendo-se por suposto que a força motriz da produção canavieira é, majoritariamente, a força humana de trabalho masculina, compreende-se assim a exclusão da quase totalidade da força de trabalho feminina no corte da cana-de-açúcar, bem como a tendência à queda do índice de empregabilidade daqueles trabalhadores com idade situada entre 46 a 60 anos¹⁶.

Além da coação por uma produtividade mínima, isto é, segundo um parâmetro médio, ao leque de pressões acrescenta-se a constante vigilância imposta por exigências de natureza técnica requeridas ao talhe da cana; estas últimas implicam em rigorosa atenção e concentração mental, por parte do trabalhador, que vão desde o corte preciso da cana-de-açúcar rente ao chão, a fim de se potencializar o aproveitamento máximo do seu teor de sacarose (localizado na parte inferior da cana), ao trabalho gratuito de carregá-la até a rua do meio (terceira rua), arrumá-las em montes (ou em leiras, sistema em que a cana cortada é depositada no chão de maneira contínua), a fim de serem recolhidas pela carregadeira mecanizada. Em seu conjunto, essas exigências coagem o cortador de cana não apenas a desenvolver um maior esforço físico, de desgaste portanto corporal, senão também psíquico. Pesando assim sobre o corpo e a mente do trabalhador, as coações por produtividade e por precisão técnica no corte da cana consistem, ambas, formas indissociáveis de pressão psicológica por parte do capital agroindustrial em seu processo de valorização. Formas, em contrapartida, de canavieiros lidarem com essas pressões, a fim de driblá-las, têm sido o freqüente uso de bebidas alcoólicas (constatado, em Alagoas, sobremaneira entre os jovens) e/ou mesmo de drogas (igualmente entre jovens, por exemplo, em canaviais paulistas);¹⁷ enquanto recursos

¹⁵ Um canavieiro, completando 59 anos na ocasião da entrevista, relata o fato de o cabo encaminhá-lo ao escritório da usina a fim de, sem antes nada lhe comunicar, darem “baixa” em sua carteira profissional; face à eminente demissão, alegava o cabo que o próprio já não alcançava a meta estabelecida pela usina. Apenas sob insistente contraposição e justificação, logrou o canavieiro manter-se no posto de trabalho; a preocupação, contudo, com o fator idade-produtividade o intranqüilizava bastante, a ponto de atormentá-lo noite e dia (Cf. entrevista concedida à autora e aos autores em 21/04/2009 no município de Teotônio Vilela/AL).

¹⁶ Apoiando-nos na conceituação que se segue, “por força de trabalho ou capacidade de trabalho, compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais êle põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 1975, p. 187)

¹⁷ Ver “Droga urbana, crack chega aos canaviais de São Paulo”, in *Folha de S. Paulo*, 14/10/2007, p. C8.

utilizados à liberação das tensões sofridas, o consumo abusivo particularmente do álcool ao ponto da embriaguez, além de danificar organicamente a saúde do trabalhador, com frequência acarreta o absenteísmo, o que ameaça assim a sua própria permanência no posto de trabalho.

Ao realizar, portanto, a atividade laboral em canaviais, diga-se não apenas alagoanos, o valor de uso da força de trabalho, transferido pelo trabalhador ao capital agroindustrial por um salário representativo do valor de troca da sua força de trabalho, implica um uso dessa mesma força de trabalho em condições de saúde que resista a intensidades e ritmos acelerados de movimentos físicos e de atenção e concentração mental durante uma jornada de excessivas horas de trabalho.

A resistência física e psíquica da maioria dos canavieiros submerge, todavia, numa atividade laboral de efeitos contraditórios: como manter tal resistência se, ao prolongar sua jornada diária em excessivas horas adicionais de trabalho, potencializa-se e efetiva-se um maior desgaste físico e psíquico?

A precarização e intensificação da atividade laboral exigiram, de uma parte, uma duração prolongada da própria resistência física e mental para além das oito horas diárias, a fim de, com o prolongamento da jornada de trabalho, o canavieiro compensar a desvalorização do valor da sua força de trabalho sob o sistema de remuneração por produção que, por isso mesmo, impõe a contínua preocupação com a produtividade crescente do seu trabalho. Por outra parte, contudo, a precarização tanto quanto a intensificação – atualmente redimensionadas pelo sistema de bancos de horas, isto é, pelas horas adicionais monetariamente não-pagas e questionavelmente subremuneradas (ao contrário das antigas horas extras remuneradas)¹⁸ – propiciam a vulnerabilidade ao adoecimento ocupacional dado o cansaço físico e o esgotamento mental a que o trabalhador é submetido no sistema vigente de prolongamento do trabalho excedente; sob tal circunstância, potencializa-se a desatenção na atividade laboral e, em conseqüência, aumentam-se os riscos de acidentes, *stress*, de enfermidades características de esforços vigorosos e repetitivos, além de inúmeras outras moléstias diretamente vinculadas ao trabalho excessivo e à sua organização por parte do capital (FREITAS, 2010).

¹⁸ A respeito, ver interessantes esclarecimentos em Freitas (2010).

A degradação da saúde e as enfermidades decorrentes da organização e das condições em geral de trabalho articulam-se indissociavelmente, portanto, com o próprio processo de precarização e intensificação da atividade laboral; ambas, por sua vez, tornaram-se inclusive juridicamente institucionalizadas, no Brasil, por meio da flexibilização dos direitos, isto é, das leis trabalhistas em fins de 1990. Este último processo, nos termos de José Celso Cardoso Jr. (2001, p. 35), significa que “[...] em paralelo à *desestruturação do mercado de trabalho* que se intensifica nos anos 90, é posto em marcha o processo de *desregulamentação do mercado de trabalho* [...]” (grifos no original). Dito de outro modo, a flexibilização da legislação relativa ao uso da força de trabalho, a partir de 1998, representou efetivamente a regulamentação institucionalizada da precarização do trabalho, de uma parte e, de outra, da desestruturação do mercado de trabalho¹⁹.

Políticas estatais de saúde do trabalhador

Ao exame das condições de trabalho e de suas conseqüências na saúde dos canavieiros uma mediação torna-se, neste aspecto, recorrente: o papel do Estado na garantia do direito universal aos serviços de saúde gratuitos e de qualidade. Mesmo de modo breve, é fundamental, por conseguinte, mencionar as políticas sociais estatais e o alcance de suas ações quanto ao atendimento, controle e vigilância no campo da saúde do trabalhador.

Apesar das reivindicações dos trabalhadores e da intervenção de órgãos públicos visando conter o desrespeito à segurança e à saúde dos cortadores de cana, reconhece-se que usinas ainda prosseguem sem lhes propiciar

¹⁹ Cf. Cardoso Jr. (2001, pp. 40-1), “[...] A tendência à *desestruturação do mercado de trabalho* se aprofundaria nos anos 90, justamente no contexto de primazia da política liberalizante que guiou as ações de todos os governos brasileiros no período.

Este amplo processo de *desestruturação do mercado de trabalho* pode ser empiricamente caracterizado, tendo por base uma definição que ressalta 6 aspectos sintomáticos e estreitamente interligados, a saber: 1) *Um crescimento patológico do setor terciário (comércio e serviços) da economia: [...]*. 2) *Um crescimento expressivo da informalidade nas relações de trabalho, medida pelo peso crescente de trabalhadores sem registro, sem remuneração e por conta própria no total da ocupação: [...]*. 3) *Um aumento não desprezível dos níveis de desocupação e desemprego: [...]*. 4) *Uma precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho: [...]*. 5) *Uma estagnação relativa dos rendimentos médios oriundos do trabalho, em particular dos trabalhadores assalariados (com e sem carteira): [...]* 6) *Uma estagnação relativa da situação distributiva, tanto do ponto de vista da distribuição funcional da renda (repartição entre rendimentos do capital e do trabalho) quanto do ponto de vista da distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho: [...]*” (grifos no original).

condições de trabalho compatíveis com aquelas reivindicações. Não bastassem, entre outros fatores, a elevada temperatura devido ao sol escaldante e ao calor insuportável nos canaviais, a constante exposição a acidentes de trabalho (inclusive, com animais peçonhentos), há unidades produtoras de açúcar e álcool em Alagoas que deixam de zelar por um direito básico do trabalhador, qual seja, o fornecimento de equipamentos de segurança em bom estado de conservação e de uso, a fim de protegê-lo durante a realização de seu trabalho²⁰. Se tal descaso constitui-se em mais um incremento às cargas laborais presentes no ambiente de trabalho, o cortador de cana ainda sofre com a inexistência de um serviço público de saúde digno e diante do qual a reclamação primeira e de maneira generalizada é a lentidão no atendimento²¹.

Para compreender a “maçada” de que nos fala o entrevistado, é necessário situá-la no processo mais abrangente de sucateamento dos serviços governamentais de saúde, sobremaneira daqueles voltados para os trabalhadores; é necessário, no fundo, arrolá-lo com o próprio processo político, social e econômico em vigor no Brasil tanto quanto em nível mundial e que incidiram fortemente sobre a classe trabalhadora. As políticas de “enxugamento” do Estado brasileiro, que passam a vigorar após a “década perdida” dos anos 1980, fizeram com que o serviço de saúde de qualidade, ao adquirir massivamente um valor mercantil, atingisse principalmente os trabalhadores que dependem dos serviços governamentais de saúde; como afirmam Abramides e Cabral (2003), “[...] o neoliberalismo consubstancia o Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado ampliado para o capital, em que os interesses privados sobrepõem-se aos interesses públicos, de caráter universal” (p. 7). Desassistidos, portanto, num de seus direitos fundamentais, os trabalhadores “[...] tanto podem adoecer de forma genérica, dependendo do espaço e do tempo histórico em que eles vivem, como também de modo específico, dependendo do modo como se organiza e realiza o trabalho que

²⁰ Cf. “Juiz dá prazo à usina Santa Clotilde enquanto trabalhador sofre maus tratos”. Procuradoria Regional do Trabalho/PRT, 19ª Região, Alagoas, 2008.

²¹ Dirigindo-se a um hospital ou posto de saúde na cidade, é freqüente o caso de o canavieiro deixar sua casa às 4:00 horas e só conseguir atendimento médico em torno das 11:00 horas; a “maçada” ou demora no atendimento é uma das principais queixas dos canavieiros (cf. entrevista concedida à autora e aos autores em 12/11/2008 em Rio Largo, município onde se localiza a usina Santa Clotilde).

eles executam para sobreviver” (LAURELL e NORIEGA apud SCOPINHO, 2000, p. 94).

Ao Sistema Único de Saúde (SUS) caberia, de acordo com o discutido na II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (II CNST), realizada em Março de 1994, coordenar as iniciativas em saúde dos trabalhadores. A efetivação desse encargo, porém, defrontou-se com inúmeros impasses no decorrer dos anos, a exemplo de disputas corporativas interministeriais e da falta de financiamento (LACAZ, 2009).

O fracasso do Sistema Único de Saúde (SUS) em coordenar e integrar intersetorialmente as ações relativas à saúde da classe trabalhadora brasileira, sobretudo a partir de meados de 1990, fundamenta-se, com efeito, na minimização do Estado em termos de implementação de políticas sociais de natureza universal como saúde. É a partir de semelhantes fatos que Soriano (2009, p. 19) imputa ao Estado o caráter de passivo frente à garantia de serviços de saúde de qualidade ao trabalhador, pois aquele só é mais efetivo em suas ações quando a conservação e reprodução deste vêm-se ameaçadas. A incapacidade governamental, em suma, diante dos problemas relativos à saúde da classe trabalhadora sintoniza-se com a própria indiferença do capital diante das condições de vida em geral da força de trabalho, esta encarada apenas como mais uma mercadoria da qual o capital agroindustrial canavieiro dispõe de seu valor de uso de maneira destrutiva tanto quanto se utiliza, também destrutivamente, dos recursos da natureza (como a terra) e do meio ambiente como um todo.

Trabalho e jovens canavieiros

A despeito de não focalizarmos centralmente, na pesquisa exploratória, as condições de saúde e de trabalho especificamente do jovem canavieiro, esse segmento destacou-se, durante as entrevistas e a aplicação de questionário, como um contingente visivelmente expressivo da força de trabalho empregada em canaviais na zona da Mata alagoana tanto quanto no estado de Sergipe, sobretudo na região fronteira entre este último e o de Alagoas. Das informações sobremaneira qualitativas torna-se, assim,

minimamente possível desagregar certas especificidades relativas ao canavieiro juvenil em comparação com o dos demais de faixa etária distinta²².

Mediante o exposto e a partir das referidas especificidades observadas no tocante às condições de vida e labor de jovens cortadores de cana, algumas indagações diretivas se colocam, a fim de tentar analisá-las enquanto uma provável totalidade concreta: quais traços socioeconômicos caracterizariam o jovem trabalhador nos canaviais? Desses traços, quais efetivamente são distintivos desse segmento social e quais marcam percursos comuns nas trajetórias pessoal e laboral dos atuais canavieiros enquanto uma categoria profissional? Sob quais termos pode-se apreender as representações que os jovens canavieiros têm do seu trabalho?

Enquanto trabalhadores rurais com idade superior a 35-40 anos (nascidos, aproximadamente, em meados da década de 1970), vivenciaram, em sua trajetória laboral, a transição entre o trabalho no roçado familiar em meio a canaviais dos engenhos e/ou das usinas e sua constituição em trabalhador livre e assalariado (os quais, expulsos de seus roçados, passam a residir nas periferias das cidades), o atual jovem canavieiro, diferentemente daqueles, origina-se de área propriamente urbana²³; não raramente, combinam relações formais de trabalho (com carteira assinada por tempo determinado, por exemplo, no corte da cana na zona da Mata alagoana) com “não fichadas” (sem carteira assinada, por exemplo, no próprio corte da cana no estado de Sergipe ou, ainda, na construção civil durante a entressafra da cana-de-açúcar).

Conforme anteriormente aludido, é um segmento do trabalhador rural em geral com elevada produtividade no corte da cana, por conseguinte, com rendimentos dos mais elevados. Essas características, contudo, não

²² Cf. Rodrigues e Souza Martins (2005, p. 222), “de uma maneira geral, os estudos sobre juventude, no Brasil, tomam como referência o intervalo de 15 a 24 anos. Entretanto, especialmente em textos europeus, tem sido comum o prolongamento do limite superior desse intervalo, chegando a superar até mesmo os 30 anos [...]”.

²³ Com 27 anos, natural de Maceió, L. estudou até a 4ª. série do ensino fundamental; há 12 anos reside em Olho D'Água das Flores, município localizado no Sertão alagoano e para onde mudou-se a mãe ao separar-se de seu pai. Há seis anos casou-se, teve filho e desde então tornou-se cortador de cana para “ganhar alguma coisa”; antes, era mantido pela mãe e “não fazia outra coisa que ‘bicos’”; no período da entressafra da cana, torna-se um trabalhador itinerante – “onde achar, em qualquer lugar, alguma coisa na construção civil “ - sem carteira assinada; “ se não encontrar serviço em outra usina, vou então cortar cana em Goiás, em São Paulo ou em Minas [Gerais] prá onde já fui e onde até ganhava mais” (cf. entrevista concedida à autora e autores, no município de Teotônio Vilela, em 12/Fev/2011).

minimizam sua condição de vulnerabilidade a adoecimentos decorrentes de práticas que, acrescidas àquelas cargas laborais físico-químicas e biológicas prejudiciais à saúde e presentes no ambiente e nas condições de trabalho, grassam em grande medida entre jovens urbanos: o desmedido consumo de bebidas alcoólicas e, não menos, de drogas como o crack.

A regularidade, aliás, com que jovens canavieiros se embriagam em momentos lúdicos dos dias livres torna-os potencialmente propensos, não somente a condutas socialmente desagregadoras, senão, da mesma maneira, ao desenvolvimento precoce de doenças irreversíveis (como a cirrose) mediante a gradativa degeneração de determinadas funções orgânicas (hepáticas, em especial), posto que diretamente afetadas pelo excessivo consumo de bebidas alcoólicas. A este fator de degeneração orgânica, acresce-se o da dependência psíquica de substâncias químicas, do crack especialmente, cujos efeitos tóxicos, além dos severos danos fisiológicos, entorpece a saúde psico-mental ao estimular uma incontrolável ânsia por drogar-se repetidamente, compelindo assim à dependência psíquica. Este último fator, com base ainda em entrevista de L., longe de se restringir às situações de lazer nos espaços urbanos ou ao interior de alojamentos, penetrou nos próprios canaviais e na jornada de trabalho de seus consumidores, notadamente trabalhadores juvenis.

Se as práticas imediatamente expostas, antes características de espaços urbanos, alcançam o universo do trabalho na agricultura, sobretudo, jovens trabalhadores rurais - configurando, assim, uma das especificidades desse segmento social da classe trabalhadora -, por outro lado, revelam tendências de unificação entre modos de vida rural e urbano, entre experiências e violências simbólicas convergentes no campo e na cidade; a tal tendência corresponde, objetivamente, a própria unificação das condições laborais que se verifica na indústria, na agricultura e no denominado setor de serviços: condições e processos de trabalho igualmente atingidos pela mesma acumulação flexível do capital mundializado e da reorganização produtiva posteriores à crise das gloriosas décadas de prosperidade econômica .

A despeito de especificidades geracionais distintivas, os mais velhos e os mais jovens canavieiros apresentam, contudo, experiências similares em suas trajetórias de vida pessoal e de labor: atualmente, em grande medida,

exercem atividades precarizadas, definitivamente provisórias (ou permanentemente temporárias, segundo expressão nossa, bem como de Moraes Silva), entrecortadas pelo trabalho incerto, ocasional quando não pela inatividade, isto é, pelo desemprego estrutural em si. Essa combinação de trabalho rural intermitente nos canaviais, de inatividade e/ou de atividade ocasional (“bicos” na agricultura, na indústria, no setor de serviços e na construção civil) – característica comum entre canavieiros jovens e aqueles mais velhos – demonstra que ambos segmentos convergem e se movem sob um mesmo processo em curso desde os anos 1980 e, mais acentuadamente, em fins da década de 1990: de um mercado de trabalho desregulado, estatalmente desregulamentado e juridicamente flexibilizado. Mediante essas novas circunstâncias, a reprodução das condições de vida e de saúde no universo laboral canavieiro, sob a precarização e desvalorização do trabalho vivo, realiza-se contraditoriamente através de mecanismos de “compensação” (na verdade, de reposição) tão-somente por meio do rigor e do vigor exigidos pela intensificação da produtividade do próprio trabalho a ponto de usurpar-lhe prematuramente não somente a saúde, senão, muitas vezes, a vida.

Cotidianamente assim confrontados com as degradantes circunstâncias materiais e imateriais de sua reprodução, decorrentes, num plano mais geral, da modernização da agricultura, da concentração fundiária e da reprodução ampliada do capital agroindustrial açucareiro e, mais recorrentemente, da reorganização produtiva a partir dos anos 1970, qual a representação do trabalho canavieiro por parte dos seus sujeitos, especialmente os mais jovens? As ambigüidades – melhor, as contradições – a esse respeito denotam, com freqüência, os efeitos da visão fragmentada que em geral são impostas e sob a qual, no processo de dominação e controle do trabalho, procura-se condicionar modos de pensar, sentir e agir.

As ambigüidades, desse modo, em torno da representação do trabalho canavieiro, por parte dos mais jovens, tornam-se sobremaneira emblemáticas a partir de informações prestadas por L., o entrevistado anteriormente citado. Este, tornara-se inclusive participante ativo da paralisação organizada no início do corrente ano e deflagrada, durante uma semana, pelos canavieiros da Usina Guaxuma, diante da recusa desta última em liberar o pagamento do FGTS e do Seguro-desemprego ao final da safra. A despeito desse seu engajamento

numa resistência coletiva contra o capital agroindustrial açucareiro, confessa, no entanto, o jovem canavieiro ter votado, na última eleição, no proprietário da mesma Usina, na ocasião candidato (eleito) para deputado estadual; reafirma, inclusive, que nele novamente votará, em caso de recandidatura, argumentando, pois, que “o homem nem sabe o que acontece na usina dele e, por isso, nada tem a ver com não-liberação do FGTS e do Seguro-desemprego dos trabalhadores”.

As representações acerca do trabalho nos canaviais alagoanos reproduzem-se, persistentemente, de maneira ambivalente. Um outro entrevistado, há 5 anos no corte da cana, iniciara-se nesta atividade aos 16 anos; crê o jovem canavieiro que este é um trabalho “agradável porque remunera bem”²⁴. O entrevistado exterioriza, certamente, um pensamento cuja lógica não lhe é peculiar ou criada por aqueles que com ele compartilham das mesmas experiências e interesses (THOMPSON apud MARTÍN-BARBERO, 2001), senão pelos que estão na posição de sujeitos dominantes. Os custos do trabalho (“agradável”) à sua saúde, por exemplo, tornam-se, por outro lado, apreendidos e denunciados pelo mesmo entrevistado, ao dizer que, durante a faina, sente frequentes tonturas, fraqueza, sinusite ou, ainda, quando reclama da refeição consumida fria tanto quanto do sol e do calor abrasadores a ponto de causar desmaios em trabalhadores etc. Daí, o processo de uma dupla alienação sob a representação de um “trabalho agradável porque remunera bem” (nos canaviais, por produção diária): o canavieiro não apenas aliena o produto do seu trabalho ao capital agroindustrial açucareiro, senão a sua própria saúde e o sujeito de ambos, trabalho e saúde, sob a cana esmagada, precocemente se torna também um bagaço.

Em suma, numa sociedade organizada pelas relações capitalistas de produção, o capital, em seu processo de desenvolvimento, de acumulação e de reprodução ampliada, não apenas produz uma população permanentemente excedente – um exército de reserva disponível, nos termos de Marx -, senão que necessita daqueles trabalhadores preferencialmente jovens, diz-nos ainda Marx (2003). E a trajetória pessoal e profissional do último canavieiro entrevistado tem-lhe mostrado e ensinado que, àqueles a quem ele, seu pai e

²⁴ Cf. entrevista realizada por membros do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho e Capitalismo Contemporâneo no município de Junqueiro/AL, em 14/10/2010.

outros venderam e vendem o valor de uso de sua força motriz viva, pouco importam as condições de vida, de labor e de saúde dos trabalhadores, senão exclusivamente sua capacidade de gerar divisas (MARX, vol. I, 1973, p. 20); essa última lógica da (ir)racionalidade do capital, contraditoriamente o entrevistado, do alto dos seus 21 anos, já sabe - ou ao menos presente –, há bastante tempo.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. São Paulo Perspec. vol.17 n. 1. São Paulo Jan./Mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100002. Acesso em: 27/06/2010.
- ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2): 111-121, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1368.pdf>. Acesso em: 20/05/2010.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. *Cana, casa e poder*. Maceió: EDUFAL, 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e destilarias das Alagoas – Uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2010, vol. 2.
- ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. In: *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, vol. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, 2009.
- BARBOSA, Regina Helena Simões. A 'teoria da práxis': retomando o referencial marxista para o enfrentamento do capitalismo no campo da saúde. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/include/mostrarpdf.cfm?Num=283>. Acesso em 27/06/2010.
- CARDOSO JR., José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 13(2): 31-59, novembro de 2001.
- CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana*. Maceió: EDUFAL, 2000.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê das Alagoas*, 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 1980.
- FREITAS, Alessandra Rodrigues. A flexibilização dos direitos trabalhistas e a tendência de anulação da jornada de trabalho: o banco de horas em debate, 2010. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalhoret2010/Alessandra_Rodrigues_Freitas_A_Flexibilizao_direitos_trabalhistas_anualizacao_jornada_trabalho.pdf. Acesso em: 17/10/2010.
- GARCIA, Juan C. La categoria trabajo em medicina. Disponível em: http://www.dso.fmed.edu.uy/archivos_saludocup/Contenido/Material/Material%20de%20lectura/archivos/J%20C%20Garc%20C3%ADa.pdf. Acesso em: 09/10/2010.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988.

- INFANTE, Nohemy B. de y ALVAREZ, Lugardo. Los procesos de trabajo y salud-enfermedad: una relación dialéctica. Disponível em: http://hist.library.paho.org/Spa_nish/EMS/911.pdf. Acesso em: 09/10/2010.
- LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Saúde do Trabalhador no Brasil: Vinte anos de História, in NAVARRO, Vera Lúcia e PADILHA, Valquíria (orgs.). *Retratos do trabalho no Brasil*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia/EDUFU, 2009, pp. 173-88.
- LIMA, Araken Alves de. *A agroindústria canavieira alagoana – Da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990*. Campinas, 2001. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia da Unicamp.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Trad.: Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MARX, Karl – *O capital. Crítica da economia política*. Livro I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. Introdução [à Crítica da Economia Política] in *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*, 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I, Volume II. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARX, Carlos. *El Capital*. Vol. I y III. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- MOREIRA, Emilia de Rodat F. et al. Espaço agrário, condições de vida, trabalho e saúde. VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/7ff4db7574e364c803256ebc004add8c/f1e3cf567f726ac703256fbc00452c78/\\$FILE/NT000A4DD2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/7ff4db7574e364c803256ebc004add8c/f1e3cf567f726ac703256fbc00452c78/$FILE/NT000A4DD2.pdf). Acesso em: 19/06/2010.
- NOVAES, José Roberto Pereira. Campões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados/USP*. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 21, n. 59 (2007). São Paulo: IEA, 2007 (p. 167-177).
- OLIVEIRA, Francisco. Prefácio in NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (Orgs.). *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.
- PADRÃO, Luciano Nunes. O trabalho na cana-de-açúcar: reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais. 1997. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf. Acesso em: 11/12/08.
- PLANCHEREL, Alice Anabuki et al. Trabalho na agroindústria açucareira de Alagoas. In: *Memória do VI Congresso de La Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo (ALAST)*. Cidade do México: 2010a. Disponível em: www.izt.uam.mx/alast/VIALAS T/16.pdf. Acesso em: 15/10/2010.
- PLANCHEREL, Alice Anabuki et al. Perfil do canavieiro e relações de trabalho na atual agroindústria açucareira de Alagoas, 2010b. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anaisvii7seminariotrabalhoret2010/Alice_Plancherel_Allan_Queiroz_Barbara_Silva_Charles_Santos_perfil_canavieiro_e_relacoes_de_trabalho_agroindustria_acucareira_alagoas.pdf. Acesso em: 04/10/2010.
- PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO/PRT, 19º Região, AL. Juiz dá Prazo À Usina Santa Clotilde Enquanto Trabalhador Sofre Maus Tratos. 03/03/2008. Disponível em: http://www.prt19.mpt.gov.br/informativo/2008/mar/juiz_prazo_usina.htm. Acesso em: 15/08/2008.
- RODRIGUES, Iram Jácome e SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos, in *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 17, no. 2, Novembro/2005, pp. 221-252.

- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1970.
- SANTOS, Charles dos. "Serviço Pesado": Uma Análise das Condições de Saúde do Trabalhador Canavieiro Alagoano, 2009. Disponível em: http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_307.pdf. Acesso em: 26/06/2010.
- SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Qualidade Total, Saúde e Trabalho: Uma Análise em Empresas Sucroalcooleiras Paulistas. RAC, v. 4, n. 1, Jan./Abr. 2000: 93-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v4n1/v4n1a06.pdf>. Acesso em: 15/10/2010.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. In: *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8, p. 74-108, Jul./Dez. 2006.
- SORIANO, Raúl Rojas. *Sociología médica*. México: Plaza y Valdés, 2009.
- ZANCHETTA, Diego. Droga urbana, crack chega aos canaviais de São Paulo. In: *Folha de S. Paulo*, p. C8, 14/10/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1410200716.htm>. Acesso em: 11/09/2010.